AESE
ESCOLA DE DIRECÇÃO E NEGÓCIOS

Correio da AESE

12.JULHO.2011
N.560

NOTÍCIAS

Aposta na inovação é a chave para o sucesso

Governo corporativo e governance

"Corremos o risco de ser a economia low cost da Europa"

A apresentação da InoCrowd

Encerramento da 4ª edição do GOS

PASSAPORTE

www.aese.pt

AGENDA

Finanças para não-financeiros
Lisboa,19 de Setembro

Gestão de talento
Lisboa, 29 de Setembro

Repensar as Operações
Lisboa, 11 de Outubro

OPINIÃO

Família, o melhor negócio

Vencer o futuro

PANORAMA

Defesa da objecção de consciência na saúde

Médicos de paliativos: Os mais críticos da eutanásia

A família não é apenas as mulheres e as crianças

Há algum homem em casa?

O caso Farewell

DOCUMENTAÇÃO

As agências de rating: sentenças sem apelo

Porque todos devem a todos e não podem pagar

Capitalismo

A ascensão acelerada da plutocracia mundial

WORD CLOUD

CONTACTE-NOS »»

30 DE JUNHO, EM LISBOA
ALMOÇO COM RANDY MACDONALD, SENIOR VP DA IBM WORLDWIDE

Aposta na inovação é a chave para o sucesso

Randy MacDonald, *Senior Vice Presidents da IBM Worldwide*, esteve no último dia 30 de Junho, a convite da AESE, no Edifício Sede, em Lisboa, para um encontro onde reflectiu sobre o sucesso da primeira empresa, a nível mundial, a completar cem anos de actividade no sector das tecnologias de informação.

Há 11 anos como responsável mundial dos recursos humanos da IBM, Randy MacDonald explicou que o segredo está na capacidade das empresas se reinventarem, inovarem. Para MacDonald, isto só é possível através de uma liderança forte, que desafie os colaboradores e que lhes dê oportunidade de partilharem as opiniões e sugestões.

Segundo Randy MacDonald, "os próximos cem anos serão definidos, em primeiro lugar, pelo modo como criámos inovação". Prova disso, é o investimento de 5 mil milhões de dólares que a IBM fez no super computador "Watson", lançado a cerca de 5 meses, capaz de reconhecer a voz humana, diagnosticar doenças raras e auxiliar em procedimentos cirúrgicos complexos.

Randy MacDonald, *Senior Vice Presidents da IBM Worldwide*

30 DE JUNHO, NO PORTO
SESSÃO DE CONTINUIDADE

Governo Corporativo e Governance

O Prof. Luis Manuel Calleja voltou ao Porto para dar uma Sessão de Continuidade sobre a relação entre os Conselhos de Administração Executivos e os Conselhos Gerais e de Supervisão.

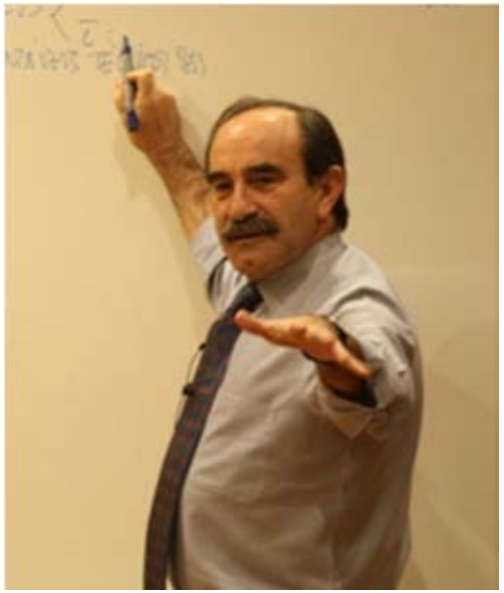
A sessão, que decorreu no dia 29 de Junho, consistiu na análise de um caso e num curto colóquio sobre o tema. A análise do caso foi muito participada, pois os mais de 50 Alumni inscritos encheram a sala onde decorreu a sessão.

Durante a discussão do caso e o colóquio que se seguiu, o Prof. Calleja deu alguns conselhos aos membros da equipa de gestão e aos membros dos Conselhos não executivos.

A quem faz parte da estrutura executiva, aconselhou que, na sua relação com o órgão de supervisão, apresente sempre soluções para os problemas, e que nunca apresente surpresas, nem boas nem más; que não tome parte por uns accionistas em detrimento a outros; que dê a informação suficiente, mas não "afogue o Conselho em papel"; e que seja discreto, separando claramente a gestão da empresa da política.

Aos representantes dos accionistas e membros dos órgãos não executivos, o Prof. Calleja aconselha a que não se coíbam de actuar como proprietários, estudando as informações críticas, colocando as questões difíceis que podem ser inconvenientes face às maiorias estabelecidas (mantendo sempre a mútua estima entre os conselheiros), em resumo, que sejam responsáveis em especial no que se refere aos balanços e às nomeações, e que tenham mentalidade institucional.

Jorge Ribeirinho Machado
Professor


Prof. Luis Manuel Calleja

29 DE JUNHO, EM LISBOA
DEBATE SOBRE PORTUGAL NOS PRÓXIMOS 3 ANOS

"Corremos o risco de ser a economia *low cost da Europa*"

A AESE acolheu a segunda tertúlia do ciclo que o Expresso está a organizar sobre a economia portuguesa nos próximos 3 anos.

A conversa sobre como fazer crescer a economia portuguesa foi moderada por Nicolau Santos e Luís Ferreira Lopes. Os membros do painel foram: Luís Cabral, Professor do IESE e da AESE, José António Barros, Presidente da AEP, Joaquim Menezes, CEO da Ibermoldes, José Dionísio, CEO da Primavera Software, e Pedro Castro e Almeida, Administrador do Banco SantanderTotta.

Luís Cabral explicou que, para que Portugal consiga crescer, há três objectivos que têm de ser conseguidos: a mobilidade económica, o reposicionamento do Estado na economia e a melhoria da educação.

A mobilidade económica não se refere só à lei laboral e à facilidade de mudar de local de residência, mas também à facilidade de criar empresas e à necessidade de eliminar empresas más, e, aquelas que vivem à custa de "conhecimentos", da evasão fiscal ou de subsídios que só permitem a sua sobrevivência.

O reposicionamento do Estado proporciona o desaparecimento das barreiras ao crescimento e favorece a actividade dos que querem criar empresas e desenvolver negócios fazerem-no. Ainda sobre este assunto, o Professor da AESE e do IESE fez ver que a discussão sobre os centros de decisão nacional, por vezes, são escusas para defender interesses partidários ou empresariais, na discussão sobre o crescimento.

Assista ao vídeo do *teaser*

»»

Quanto à educação, o fundamental é aumentar a autonomia das escolas, independentemente de serem públicas ou privadas. Em resumo, para Luís Cabral, se não conseguirmos crescer bem corremos o risco de ser a economia *low cost* da Europa.

José António Barros defendeu a descida abrupta e significativa da TSU nas empresas das CAE industriais, do alojamento e dos transportes, e a necessidade de fazer com que as empresas tenham um financiamento bancário acessível, tanto no que diz respeito ao preço como à disponibilidade no tempo. Além disso, os actores da economia portuguesa (Estado incluído) devem pagar a horas.

Pedro Castro e Almeida explicou que o Estado absorveu os recursos de crédito nos últimos anos, e que, como a desalavancagem da dívida exigida pela Troika é muito significativa, os bancos têm de cortar o financiamento às empresas.

Quanto ao crescimento da economia, pensa que é uma possibilidade real, se o plano for cumprido. A dificuldade é cultural, ie, o ADN de Portugal não é forte em planeamento e organização. No entanto, já há muito bons exemplos, em especial nos sectores do têxtil, vestuário e calçado, que estiveram em crise e "deram a volta por cima", porque trabalharam a qualidade, a marca e a distribuição.

O que pode ser feito? Em primeiro lugar, apostar na formação, replicando o modelo da ATEC - Academia de Formação, para as profissões técnicas; e depois, promover o mérito e fugir do facilitismo (ao contrário do que aconteceu na educação nas últimas décadas), e eliminar os custos de contexto, em especial a lentidão da justiça e a imobilidade do emprego. A este propósito, fez ainda ver que corremos o risco de ter dois mercados laborais independentes, um muito liberal, para os mais novos, e outro super-rígido, para os que têm contrato sem termo: isto leva à fuga de talento jovem para o estrangeiro.

Joaquim Menezes falou sobre a indústria de moldes, que é exemplo de como exportar. De facto, quase toda a produção em Portugal é vendida no estrangeiro, o que implica uma grande qualidade em todo o processo, desde o desenho até ao acompanhamento pós-venda, muito investimento em tecnologia e grande inovação. Mas é possível! Dado o sucesso, é um sector empregador, pois procura engenheiros em Portugal e não tem resposta suficiente para a procura. Neste momento, existe um novo problema, interessante, que é a necessidade que as empresas alemães e brasileiras têm de engenheiros, e que os vêm procurar a Portugal.

José Dionísio falou sobre a necessidade de existir informação fiável para se poder decidir, e, assim fazer crescer a economia.

»»

Deu alguns exemplos de incongruências entre números oficiais, tais como o número de empresas a actuar em Portugal. Sem informação fidedigna, é demasiado difícil definir políticas correctas.

Após as intervenções de cada um dos tertuliantes, o debate prosseguiu, e foram abordadas as barreiras culturais ao crescimento das empresas, em especial a falta de formação dos dirigentes, que origina a falta de ambição e de consequente dimensão empresarial, e a falta de cultura empreendedora e de cooperação entre empresas; e as várias formas possíveis de internacionalização, dando especial ênfase às PMEs fornecedoras das grandes empresas portuguesas, à diplomacia económica, e à necessidade de uma cultura cosmopolita que as elites já têm mas que deve ser espalhada pela sociedade.

Assista ao vídeo da 2ªconferência: “Como voltar a crescer?”

Assista ao vídeo da conferência anterior: “Como lidar com a dívida externa?”

29 DE JUNHO, EM LISBOA
SESSÃO DE CONTINUIDADE

A apresentação da InoCrowd

A sessão de lançamento da InoCrowd foi um momento interessante não só por dar a conhecer a plataforma de inovação aberta, mas também pelo debate que se seguiu.

Ficou-me a expectativa de sucesso nesta aplicação prática de inovação aberta, não só a bem do projecto e dos seus promotores, mas sobretudo porque pode ser um catalisador da inovação em Portugal, ao facilitar o contacto entre quem tem os problemas e quem tem as soluções, ou o conhecimento para as procurar. Tratando-se de uma plataforma aberta na Internet o seu alcance não se restringe ao nosso país, alargando o âmbito de actuação daqueles que nela participam, facilitando assim a integração de universidades e empresas em redes globais, aspecto imprescindível à sobrevivência de ambas e do país.

Conforme foi referido por Soraya Gadit, as principais falhas de Portugal, em termos de inovação, estão na aplicação do conhecimento e na obtenção de impactos económicos positivos daí decorrentes. Pelas suas características, a InoCrowd pode ajudar a colmatar estas falhas.

O debate que juntou oradores oriundos da indústria, academia e sector público apresentou exemplos do que já se faz em termos de inovação, mas também o muito que ainda tem de ser feito, para que a Academia e indivíduos funcionem como uma fonte de inovação para o país. O sentimento é contudo muito positivo, até pelas sucessivas subidas de Portugal nas classificações internacionais.

Soraya Gadit, VP Marketing & Product Development da InoCrowd, VIII Executive MBA AESE/IESE

»»

A referência ao caso de sucesso do projecto Open do Grupo PT, foi particularmente interessante, pelas semelhanças que este apresenta com o projecto InoCrowd, ainda que reservado apenas aos funcionários do Grupo.

Pessoalmente, considerei interessante a apresentação da CML, pela vontade demonstrada em inovar, para melhorar os serviços prestados aos cidadãos e às empresas de Lisboa. Foram apontados caminhos concretos, apesar de se ter reconhecido que o sector público está muito fechado sobre si próprio, o que resulta em soluções desfasadas do mundo de hoje.

Desejo o maior sucesso à InoCrowd.

Alberto Lago da Silva
5º Executive MBA AESE/IESE

Para mais informações, consulte:

InoCrowd

NAVES

AESE

27 DE JUNHO, EM LISBOA

GOS - GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Encerramento da 4ª Edição do GOS

Decorreu no passado dia 27 de Junho no Edifício Sede da AESE, em Lisboa, a sessão de encerramento da 4ª edição do GOS.

O programa reuniu trinta e quatro responsáveis das mais variadas instituições, entre elas: Entreajuda, APFN-Associação das Famílias Numerosas, Ascendere, Banco do Bebé, Casa de Protecção e Amparo Santo António.

Na sessão de encerramento e entrega de diplomas estiveram presentes os parceiros da AESE na organização: Margarida Correa de Aguiar, Directora da Entreajuda – uma instituição de solidariedade social que tem por missão apoiar outras instituições ao nível da gestão e organização com o objectivo de melhorar o desempenho e a eficiência, Fernando Nogueira, Secretário-Geral da Fundação Millennium BCP e Ramalho Fontes, Director-Geral da AESE.

O GOS é um programa que visa melhorar as capacidades de gestão e decisão dos dirigentes de Instituições do Sector Social (IPSS, ONG's, Misericórdias e outras instituições sem fins lucrativos).

Assista ao vídeo com a mensagem da directora de programa, Beatriz Abreu.

AGENDA

Seminários

Finanças e Controlo

Finanças para não-financeiros

Lisboa, 19-20 e 26-27 de Setembro

Saiba mais >

Factor Humano

Gestão de talento

Lisboa, 29 de Setembro

Saiba mais >

Operações, tecnologia e Inovação

Repensar as operações

Lisboa, 11 de Outubro

Saiba mais >

Factor Humano

Como desenvolver a minha capacidade relacional?

Lisboa, 24 de Outubro

Saiba mais >

AESE

BLOG AESE
ARTIGOS DE OPINIÃO

Partilhe connosco a sua opinião

Rodolfo Oliveira
36º PADE

Vencer o futuro

"A exemplo de muitas outras épocas numa história longa de oito séculos, Portugal encontra-se numa encruzilhada. As opções são simples e imediatas – por um lado, podemos continuar a perder competitividade, credibilidade e riqueza,…"

Ler mais e comente »»

Publicado no Blog AESE a 28 de Junho de 2011

Pe. Hugo Azevedo,
Capelão da AESE

Família, o melhor negócio

"Esta expressão magistral de S. Josemaria dá-nos o critério de valores que deve presidir a sociedade e a própria vida pessoal de cada um de nós, se não nos esquecermos de que a nossa primeira Família a cuidar é a de filhos de Deus…"

Ler mais e comente »»

Publicado no Blog AESE a 30 de Junho de 2011

Siga-nos em Blog AESE

PASSAPORTE

Pedro Nicolau (42º PDE) é o actual *Managing Director Financial Services* da Reditus Consulting, S.A.

Rita Murta (3º Executive MBA AESE/IESE) lidera Arium - um projecto inovador em tecnologias e soluções na área de diagnóstico *in vitro*.

António Castro (8º Executive MBA AESE/IESE) assumiu a função de Director de Relações com os Investidores da da SONAE.

Patricia Bouça (3º Executive MBA AESE/IESE) é a actual CFO do Grupo Santo SGPS.

Nesta secção pretendemos dar notícias sobre algumas trajectórias profissionais e iniciativas empresariais dos nossos Alumni.
Dê-nos a conhecer (elianalucas@aese.pt) o seu último carimbo no passaporte.

PANORAMA

Defesa da objecção de consciência na saúde

A resolução aprovada dá a volta a uma proposta que pretendia restringir o direito de objecção.

O plenário da Assembleia do Conselho da Europa aprovou há alguns meses uma resolução onde se defende e promove explicitamente o direito à objecção de consciência dos profissionais de saúde. A resolução constitui uma recusa do relatório da deputada britânica Christine McCafferty, que pretendia restringir a objecção de consciência, nomeadamente perante o aborto ou a eutanásia.

Após o debate previsto, no qual se modificou o texto proposto pela Comissão para as Questões Sociais, a resolução finalmente adoptada afirma que "nenhum hospital, instituição ou pessoa pode ser submetido a pressões, considerado responsável ou sofrer qualquer discriminação devido à sua recusa em realizar, admitir ou assistir a um aborto ou a um acto de eutanásia".

Um texto certamente contundente se se tiver em conta que a proposta inicial de resolução apresentada pela eurodeputada trabalhista britânica Christine McCafferty estava mais encaminhada para restringir este direito do que para o defender. Um dos seus principais argumentos, "a nula ou inadequada regulamentação da objecção de consciência nalguns países da Europa", ficou também desautorizado no texto que acabou por ser aprovado: "Numa grande maioria dos Estados membros do Conselho da Europa, a prática da objecção de consciência está regulamentada adequadamente. Existe um quadro político e jurídico compreensível e claro no âmbito do qual se determina a prática da objecção de consciência dos profissionais de saúde ao mesmo tempo que se assegura que o acesso aos serviços médicos legais seja respeitado, protegido e proporcionado no seu devido tempo.

»»

Enquanto que a proposta de McCafferty pretendia fazer prevalecer o direito dos pacientes a receberem o tratamento médico legal acima do direito de objecção de consciência dos médicos, o texto final do Conselho da Europa preocupou-se em deixar claro que ambos os direitos devem ficar assegurados e, para isso, "convida todos os Estados membros a desenvolverem as regulamentações correspondentes de forma a:

- Garantir o direito à objecção de consciência relativamente à participação no processo em causa.
- Assegurar que os pacientes sejam informados de qualquer objecção em tempo adequado e que sejam reencaminhados para outro profissional de saúde.
- Assegurar que os pacientes recebem o tratamento adequado, especialmente em casos de emergência".

Do destaque que se deu em última análise ao assunto, deduz-se a importância que teve o *memorandum* elaborado pelo Centro Europeu para a Lei e a Justiça, a pedido do próprio Conselho da Europa. No seu texto, o CELJ deixava claro que aquilo que se propunha na resolução de McCafferty violava gravemente a legislação europeia e internacional, assim como o estabelecido na Convenção dos Direitos Humanos.

PANORAMA

Médicos de paliativos: os mais críticos da eutanásia

Vários estudos têm examinado a relação entre a religiosidade dos médicos e as suas posições sobre a eutanásia e a cooperação no suicídio. Em geral, os não crentes são os maiores defensores, e, os crentes praticantes, os maiores oponentes. Confirma-o um trabalho ("The role of doctors' religious faith and ethnicity in taking ethically controversial decisions during end-of-life care", "Journal of Medical Ethics" na Internet, doi:10.1136/jme.2010.036194) de 25 de Agosto de 2010, do Dr. Clive Seale (Queen Mary University of London), que revela a diversidade de atitudes nos médicos consoante a. especialidade.

Depois de rever trabalhos anteriores, que cita, sobre posições e práticas relativas à eutanásia, Seale preparou um inquérito para averiguar a relação de umas e outras com três características dos médicos: origem étnica, religiosidade e especialidade. Responderam 3.700 médicos que exercem na Grã-Bretanha.

O interesse pela etnia explica-se, porque na Grã-Bretanha é elevada a percentagem de médicos de origem estrangeira, especialmente asiáticos. Mas o estudo mostra que não existe relação significativa entre a raça e as atitudes relativas à eutanásia, excepto num caso: a opinião favorável à sua legislação é mais frequente entre os médicos brancos que os restantes.

Os resultados confirmam, pelo contrário, que há relação no caso da religiosidade. O inquérito perguntava se o médico aplicara alguma vez medidas para acelerar a morte de um doente. Os médicos mais afastados da religião dizem tê-lo feito numa percentagem que é quase o dobro dos que são muito religiosos, como se vê na tabela. Algo de semelhante ocorre com a sedação paliativa) até à morte (que nem sempre é uma prática eutanásica). Os neutros ou pouco religiosos estão numa percentagem intermédia.

Mas, o factor mais influente é a especialidade médica (cuidados paliativos, geriatria, medicina de família e outras especialidades hospitalares). Aqui os extremos são os profissionais de cuidados paliativos e os de outras especialidades. Estes últimos aceleraram a morte de algum paciente numa percentagem quase dez vezes superior à dos primeiros. Seguem-se os geriatras e os médicos de família. Embora nos cuidados paliativos haja mais crentes do que nas outras categorias, a relação é independente das crenças religiosas: os médicos de cuidados paliativos são os que mais se opõem à eutanásia, tenham fé ou não.

Pelo contrário, não há relação estatisticamente significativa entre especialidade e prática da sedação paliativa.

O inquérito pedia também a opinião sobre a legalização da eutanásia. Repetem-se as diferenças entre crentes e não crentes, por um lado, e entre os médicos de cuidados paliativos e os restantes, por outro. O mais significativo talvez seja a recusa dos médicos de cuidados paliativos a acelararem a morte dos seus doentes, que são todos terminais. Apesar de presenciarem mais mortes do que quaisquer outros colegas, não os afecta o cansaço que poderia levá-los a acelerar o final. No outro extremo, os médicos de outras especialidades parecem ter uma atitude diferente no atendimento de enfermos terminais, diz Seale. Pode ser uma certa mentalidade utilitarista reforçada pela pressão do trabalho em muitos hospitais.

»»

Práticas e opiniões sobre a eutanásia

Frequência relativa (médicos de paliativos e muito religiosos = 1)

		Acelerar a morte	Sedação paliativa	Favorável a legaziar a eutanásia
Especialidades	Paliativos	1	1	1
	Geriatria	6,46	0,60	2,66
	Med. Familiar	4,70	1,14	3,99
	Outras	9,64	1,43	4,45
Religiosidade	Fortemente religiosos	1	1	1
	Pouco ou neutro	1,25	1,14	3,02
	Fortemente não religiosos	1,83	1,45	5,4

AESE

Clive Seale, “The role of doctors’ religious faith and ethnicity in taking ethically controversial decisions during end-of-life care”, *Journal of Medical Ethics* en Internet, 25-08-2010 (doi:10.1136/jme.2010.036194).

PANORAMA

A família não é apenas as mulheres e as crianças

Na cimeira das Nações Unidas sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (20-22 de Setembro de 2010) foi lançada uma Estratégia Mundial para a Saúde das Mulheres e das Crianças, que se financiará com 40.000 milhões de dólares prometidos pelos países doadores. Carolyn Moynihan comenta em "MercatorNet" (23 de Setembro de 2010) a ausência, nestes planos, de referências ao homem e à família.

"Há um ponto no qual a retórica sobre a saúde das mulheres e das crianças começa a derivar para a ideologia", adverte Moynihan. E a verdade é que o pai está ausente destes planos. É certo que as mães e as crianças são particularmente vulneráveis, mas o pai tem um papel, o de satisfazer as necessidades da família, incluindo a educação dos filhos.

No entanto, os programas de desenvolvimento em geral e os Objectivos do Milénio em particular, esquecem o papel do homem. "Raras vezes falam dos maridos e dos pais a não ser no contexto de 'equidade de género', quando os apresentam como causa de desigualdade e de violência. Pela mesma razão, a unidade familiar é ignorada e a palavra "família" mal se ouve, excepto quando se fala de *family planning*, onde o contexto não é a família como tal, mas os direitos das mulheres ou as políticas demográficas."

Em relação a isto, diz Moynihan, "não é auspicioso que durante a cimeira da ONU, Hillary Clinton tenha anunciado uma nova aliança entre a USAID (a agência oficial de desenvolvimento dos EUA), a Grã-Bretanha, a Austrália e a Fundação Gates que, segundo o "Guardian", se centrará em remediar a escassez de planeamento familiar nos países em desenvolvimento'. O acesso à contracepção e ao aborto parece resumir a ideia que Hillary Clinton tem de "saúde materna".

»»

Embora possa haver sérios obstáculos para que nos países em desenvolvimento o marido cumpra o seu papel na família (por falta de emprego, não acesso ao ensino, tradições culturais que podem levar ao domínio sobre as mulheres), não há motivos para se esquecerem dele e da unidade familiar. Moynihan apresenta razões.

Em primeiro lugar, "as Nações Unidas, os seus membros e as suas agências, são obrigados, pelo art. 16 da Declaração Universal de Direitos Humanos, a reconhecer a família como 'o elemento natural e fundamental da sociedade e que tem direito à protecção da sociedade e do Estado'. E este documento fundador não está a falar de 'famílias' formadas por mulheres e crianças, mas de famílias fundadas no casamento."

"Em segundo lugar, o casamento é uma instituição que favorece a criação de riqueza, enquanto que a maternidade solitária e a ruptura matrimonial são importantes causas de pobreza. Isto é verdade nos países ricos, como as investigações sobre a família o mostraram repetidas vezes, e os países em desenvolvimento deveriam tomar nota disso se querem erradicar a pobreza. Os passos dados para fortalecer as famílias darão dividendos a longo prazo, ainda muito depois de os programas de ajuda ao desenvolvimento terem terminado."

Em terceiro lugar, "os pais responsáveis e comprometidos criarão filhos com capacidades semelhantes, e tais famílias serão mais resistentes contra o extremismo político e os governos corruptos."
"E, o mais importante, as famílias sólidas são essenciais para a saúde emocional dos filhos assim como para a sua segurança material. Seria uma triste missão salvar as crianças de morrer por diarreia só para as privar, a seguir, de pais carinhosos e responsáveis."

"Se os homens dos países pobres não estão à altura do seu papel, deve fazer-se um esforço intensivo para os educar e os apoiar. Isto é em parte uma tarefa espiritual e moral, para a qual podem dar um importante contributo as ONGs de inspiração religiosa. Quanto à

»»

acção dos governos, nada pode ser mais importante para elevar a moral dos homens que construir uma economia que proporcione postos de trabalho para eles, e não só para as mulheres".

Todo o dinheiro do mundo não irá remediar as debilidades sociais. A trágica mortalidade de mães e de crianças nos países em desenvolvimento necessita de ser reduzida. Mas a saúde e o bem-estar das mulheres e das crianças estão intimamente ligados com a unidade familiar e tudo o que enfraqueça esta exige também uma urgente atenção."

(*in* "MercatorNet")

PANORAMA

Há algum homem em casa?

No seu último livro "Hay algún hombre en casa? Tratado para el hombre ausente" (Desclée de Brouwer, Bilbau, 2010), o psiquiatra Aquilino Polaino coloca o dedo numa das principais chagas que afectam o desenvolvimento da personalidade dos filhos em muitas famílias: a ausência do pai. Um vazio não entendido unicamente como ausência total – os casos em que o pai não está nem é esperado – mas, sobretudo, por força da sua não comparência no cenário familiar onde está em jogo a educação e formação dos seus filhos como pessoas.

Polaino refere-se especialmente à educação do ponto de vista afectivo e social, aspectos a que muitos pais não prestam a devida importância, ignorando o desenlace a que os seus filhos ficam condenados: o analfabetismo emocional.

Para evitar esta situação de desamparo, não perceptível à primeira vista, é necessária a interacção frequente dos pais com os filhos. E,

»»

precisamente para Polaino, o tempo converte-se num aliado essencial, embora implique renúncias pessoais de outro tipo.

Mas apesar do seu título, este livro não se limita a reflectir sobre a importância da presença do pai no lar. Talvez pelo próprio relacionamento dos temas, Polaino aprofunda igualmente as chaves necessárias para o sucesso das relações conjugais, sem esquecer os muitos perigos que actualmente se tecem sobre elas: tensões inéditas, distribuições de poder inadequadas ou a excessiva dedicação de tempo ao âmbito laboral ou social.

O facto de se utilizar a palavra equilíbrio na referência à relação entre família e trabalho, leva muitas vezes a que esta relação se veja erradamente representada por uma balança, cujos dois pratos suportassem o mesmo peso.

Polaino salienta que "o objectivo do casal estável é a família: o trabalho é um meio ao serviço desta, e se os meios se transformam em fins, a actividade profissional perde o seu sentido".

Algo, por outro lado, muito relacionado com a actual obsessão da sociedade pela autorealização pessoal, a qual, normalmente, passa mais pelo sucesso profissional e social do que pela família.

Outros assuntos com espaço nestas páginas são a diversão e o entretenimento em família e alguns conceitos apesar de conhecidos não deixam de ser importantes como "o eterno adolescente" – derivado da síndrome de Peter Pan – e o "homem-massa", que nada tem a ver com o super herói de cor verde e proporções desmesuradas que vimos na banda desenhada ou no grande ecrã.

A. L.

PANORAMA

O caso Farewell

Assista ao vídeo de apresentação

Realizador: Christian Carion
Actores: Emir Kusturica; Guillaume Canet
Música: Clint Mansell
Duração: 111 min.
Ano: 2009

Um filme baseado num caso real de espionagem. Durante os anos 80, a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética encontra-se em ebulição. A dada altura, os serviços secretos franceses começam a receber dados confidenciais vindos da U.R.S.S. Apesar de Mitterrand estar num governo aliado aos comunistas, envia essas informações para os EUA. Assim começará o decisivo desmantelar do sistema militar soviético e a libertação da Europa de Leste atrás da "Cortina de ferro".

O "Caso Farewell" é um retrato de como um general russo, desanimado com o tipo de sociedade que o comunismo impusera, procura melhorar a situação. O objectivo era impedir a continuação de um sistema que oprimia e restringia a liberdade da população. Para isso, não vai estabelecer contactos com os habituais espiões ocidentais, mas com um jovem francês residente em Moscovo, um simples e honesto trabalhador, casado e com um filho. Aborda-o pessoalmente. Avalia as suas perguntas,

»»

os gestos e as reacções. Sente que pode contar com ele. A confiança vai crescendo em encontros sucessivos. Cada nova conversa revela-lhe que escolhera a pessoa certa. Num dado momento, toda a sua iniciativa corre o risco de ser descoberta. Mais uma vez, vai ser falando frente a frente, num contacto directo que tudo se resolve correctamente. O seu parceiro francês corre perigo de vida e vai encontrar aliados onde menos esperava, por contactos mantidos secretamente… Mesmo no final, a compreensão global do que se passara, só será desvendada numa conversa… o contacto "cara a cara" esclarece-lhe as dúvidas.

Não foi um mero herói da História. Foi só um homem que ao seu nível fez o que podia para cumprir correctamente a sua missão.

Parece pouco, mas foi imenso…

Tópicos de análise:

- A credibilidade de uma informação é reforçada pelo modo de transmissão.
- Discutir abertamente uma questão, dá pistas para melhores soluções.
- Um simples aperto de mão pode ser revelador e motor de confiança.
- Lutar por um ideal motiva e dá forças para superar as dificuldades.

DOCUMENTAÇÃO

As agências de rating: sentenças sem apelo

Nas duas últimas décadas, as agências de *rating* converteram-se em juízes de cuja sentença depende a sorte do financiamento de Estados e grandes empresas.

A Standard & Poor's alerta para o risco da inexistência de um entendimento político em Washington a respeito do défice orçamental e ameaça baixar a nota da dívida dos EUA. Os investidores captam a mensagem, o índice Dow Jones da Bolsa de Nova Iorque cai mais de 1,7%, a notícia ocupa as manchetes de primeira página, o Departamento do Tesouro publica uma nota para defender a capacidade de acordo entre os líderes políticos... Errada ou não, é inegável o facto de a chamada de atenção da Standard & Poor's à primeira economia mundial ter tido repercussões imediatas nos mercados financeiros.

Este novo episódio mostra o poder adquirido pelas agências de classificação de riscos (agências de *rating*), cuja actividade não se sobrepunha, há uns vinte anos, à dos meios financeiros. Hoje, os Estados, os bancos e as grandes empresas contêm a respiração diante da possibilidade de as agências porem em dúvida a sua solvência. A que se deve esta expansão do poder das agências?

Que agências é que contam?

Embora em todo o mundo trabalhem dezenas de agências de *rating*, as que contam são três: a Moody's (dos EUA., que emite classificações desde 1909), a Standard & Poor's (dos EUA, com classificações desde 1916) e a Fitch (norte-americana-britânico--francesa, fundada em 1913). As duas primeiras repartem entre si 80% do mercado mundial, ficando a Fitch com 14%. E por muito que alguns países tenham tentado impulsionar as suas próprias agências, nenhuma conseguiu fazer sombra às grandes.

»»

Como se classifica o risco?

Para as agências, o *rating* é uma opinião independente sobre a capacidade de uma entidade para cumprir com os seus compromissos financeiros. Estas opiniões sobre a solvência do emissor de rendimento fixo, permitem ao investidor avaliar a probabilidade de recuperar o seu dinheiro nos prazos e condições acordados.

Estas avaliações das agências são sintetizadas em escalas que vão desde AAA (os de menor risco) até D (*default*). Os títulos com classificação inferior a BBB são muito arriscados e muitas vezes designados por títulos *lixo*. Além disso, o *rating* é acompanhado de uma perspectiva (*outlook*) de possível mudança nos próximos dois anos, que pode ser positiva, negativa ou estável.

Por exemplo, a Standard & Poor's manteve agora a classificação AAA para a dívida dos EUA., mas baixou a perspectiva de evolução de "estável" para "negativa". As escalas de classificação da Standard & Poor's e da Fitch são iguais, enquanto que a Moody's utiliza a sua própria escala, embora os níveis sejam equivalentes.

A quem cobram as agências de rating?

A princípio, cobravam somente pelos relatórios facilitados aos investidores que subscreviam o serviço. Depois, começaram a cobrar aos emissores, porque a classificação dá acesso aos mercados internacionais de títulos, o que amplia as possibilidades de financiamento das empresas. Além disso, os emissores podem vender assim a investidores institucionais que devem procurar especialmente a segurança. Hoje as receitas das grandes agências dependem sobretudo dos emissores de títulos que solicitam o *rating*: empresas (o grupo mais numeroso), companhias de seguros, bancos, entidades locais e regionais, países soberanos.

Segundo este modelo de negócio, aos investidores que fazem subscrições, são lhes entregues relatórios mais pormenorizados, enquanto que muitos *ratings* se difundem livremente ao público, em geral.

»»

Porque aumentou o negócio das agências?

Nos últimos tempos, as agências aumentaram imenso o seu negócio, porque há cada vez mais emissores a precisarem de obter o seu *rating*. Por um lado, mais empresas, sobretudo nos EUA, recorrem à emissão de títulos para se financiarem, em vez de utilizarem o crédito bancário.

A proliferação de instrumentos financeiros cada vez mais sofisticados, com o agrupamento de empréstimos bancários revendidos a outras entidades (através do mecanismo conhecido como "titularização"), gerou novas solicitações de *rating*.
A globalização dos mercados de capitais – nos quais as emissões de títulos têm vindo a superar o financiamento bancário – contribuiu também para se ter expandido o negócio das agências.

Além disso, as emissões internacionais de títulos são cobertas principalmente com investidores institucionais, que têm necessidade de basear as suas decisões nos *ratings* das agências.

E os acordos internacionais sobre capital dos bancos (conhecidos como "Basileia II") estabelecem uma relação entre as exigências de capital e as classificações adoptadas pelas agências para os activos tidos pelos bancos nas suas carteiras de valores e devedores.

Por sua vez, se os Estados e outras entidades públicas dependem hoje tanto dos *ratings* das agências é porque incorreram em défices crescentes que põem em causa a sua solvência e os obrigam a pagar juros mais elevados pelas suas emissões de dívida.

Porque são criticadas as agências?

Este papel crescente das agências de *rating* e as falhas cometidas nas advertências, após a crise que começou em 2007, levou a que houvesse interrogações sobre até que ponto serão credíveis as classificações das agências.

»»

As falências de grandes empresas, como a Eron, Parmalat ou Lehman Brothers, que haviam recebido elevados ratings, provocaram fortes críticas às agências, que se defenderam alegando que tinham recebido dados contabilísticos inexactos. Mas a crise das hipotecas *subprime* revelou outro problema: os conflitos de interesses. Em muitos casos, as agências prestavam serviços de assessoria na criação de produtos financeiros que depois elas próprias classificavam com *ratings* excessivamente elevados.

Nos EUA, os presidentes das três principais agências foram, em 2009, chamados ao Congresso para testemunharem sobre o papel das suas empresas na crise das *subprime*, e os três reconheceram a sua quota-parte de responsabilidade pelos erros cometidos.

Será preciso regulamentar as agências?

A análise das causas da crise económica levou a que se encarasse a necessidade de regulamentar as agências de *rating*. Na União Europeia, o Regulamento 160 de Novembro de 2009 regulamentou a sua actividade, para prevenir os conflitos de interesses, aumentar a transparência e assegurar que as agências dispõem realmente da informação necessária para classificarem os seus *ratings*.

Nos EUA, o Credit Rating Reform Act de 2006 estabeleceu o modo de designar as agências autorizadas a emitir *ratings* que são utilizados na regulamentação financeira, mas depois não foi adoptada mais nenhuma outra disposição.

Por seu turno, as agências insistem em não pretender qualquer reconhecimento oficial e em que os mercados são livres para seguirem ou não as suas classlificações.

DOCUMENTAÇÃO

Porque todos devem a todos e não podem pagar

Um livro com este título ("Whoops! Why Everyone Owes Everyone and No One Can Pay"*) p*ode gerar surpresa e curiosidade. Ambas aumentam quando, ao folheá-lo, nos apercebemos de que trata sobre a crise económica actual. O seu autor, John Lanchester, não é nem um distinto professor de economia, nem um prestigiado analista financeiro. É escritor (tem vários romances publicados) e trabalhou na editora Penguin.

Actualmente é membro do conselho editorial da "London Review of Books" y colabora en diversos meios de comunicação como o "The Daily Telegraph", onde escreve uma coluna semanal.

Que motivos levarão um romancista a decidir escrever um livro sobre a crise económica? São duas as razões que, segundo o próprio autor, o impulsionaram a encetar este projecto. Uma foi o interesse por conhecer as razões que provocaram um desastre financeiro de proporções globais, e, a outra, sem dúvida mais ousada, contribuir para estreitar o abismo que se criou entre o mundo das finanças e o escasso conhecimento e incompreensão que têm, e sentem, os que não se dedicam a ele.

O leitor não especializado não deve recear, pois é a ele que se dirige a obra. Com clareza, humor e ironia, irá encontrando os aspectos e conceitos necessários para se familiarizar com o mundo das finanças, os seus principais actores, o tipo de decisões que adoptam e os instrumentos que utilizam (derivados, títulos, *CDO*, *CDS*, *swaps*, *VaR*, classificação de crédito, etc.).

Após este percurso, Lanchester conclui que a crise financeira obedece à confluência de quatro factores: o clima de euforia e confiança cega no mercado livre (pela inexistência de um modelo

»»

alternativo), o erro (por parte dos supostos especialistas e dos seus sofisticados modelos matemáticos de se considerarem capazes de calcular e controlar o risco que é inerente à actividade económico-financeira, o problema das hipotecas *subprime* e o fracasso das entidades reguladoras (perante inovadores e incompreensíveis produtos financeiros criados pela banca e avaliados pelas agências de classificação).

Por último, dever-se-iam rever mais duas contribuições: reflexões acertadas, baseadas na experiência pessoal do autor, para a tomada de algumas decisões financeiras e, nas últimas páginas, uma interessante perspectiva de aplicação geral relativa a esta crise, ao sugerir que seja interpretada como um "pequeno" susto ou aviso, que nos deveria convidar à calma.

L. B. M.

DOCUMENTAÇÃO

Capitalismo

Um livro ("Capitalism" de Geoffrey Ingham) com tão ambicioso e sugestivo título não deveria passar despercebido e menos ainda num momento onde surgiram vozes e opiniões que, devido à crise económica, põem em causa o capitalismo, como sistema fiável para reger o funcionamento das economias e das sociedades em todo o mundo.

Neste sentido, a contribuição de Geoffrey Ingham, professor de Sociologia e Economia Política da Universidade de Cambridge é, pela abordagem e reflexões adiantadas, interessante e oportuna. Pelo título e para não induzir em erro, desde as primeiras páginas que se avisa o leitor sobre aquilo que vai encontrar. Não será mais uma história do capitalismo, mas um texto introdutório sobre os elemen-

»»

tos que dão forma e caracterizam o sistema capitalista na sua versão contemporânea.

O livro começa com uma sucinta revisão das contribuições de um selecto grupo de autores clássicos, cujos trabalhos teóricos foram fundamentais para a análise económica do sistema capitalista.

Revelam-se aproximações estimulantes ao que avançaram Adam Smith, Karl Marx, Max Weber, Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes. Em seguida, o autor aborda o papel que, no sistema capitalista, têm cinco instituições essenciais: o dinheiro, o intercâmbio comercial, a empresa, o capital e os mercados financeiros, e ainda o Estado.

Como não podia deixar de ser, o autor conclui com um epílogo dedicado à crise financeira que começou a manifestar-se em meados de 2007.

Dois aspectos merecem uma especial menção. Por um lado, expõem-se as principais luzes e sombras da história recente do capitalismo, que têm vindo a alimentar o debate entre defensores e detractores das economias de mercado livre. E, por outro, um capítulo dedicado ao capital e aos mercados financeiros que, juntamente com os dados e reflexões sobre a crise financeira, avançam esclarecimentos para compreender a origem e a natureza desta crise.

Em resumo, uma leitura recomendável onde se critica a imprudência e os excessos de alguns, e se reflecte sobre as bases em que assenta o actual sistema económico dominante.

Com estas premissas, e a não ser que se mantenham posições de teimosia, não seria difícil alcançar um consenso sobre a conveniência de se introduzirem normas e compromissos, no plano internacional e com uma perspectiva global, que, sem abandono de uma necessária gestão económica eficiente, façam do capitalismo um sistema que permita um desenvolvimento económico e social mais equilibrado.

L. B. M.

DOCUMENTAÇÃO

A ascensão acelerada da plutocracia mundial

A vantagem dos mais ricos sobre os restantes aumentou muito em diversos países, incluindo também em alguns europeus tradicionalmente mais igualitários. O fenómeno é mais evidente ainda em países emergentes como a Índia ou a China. A preocupação é que estas fortunas se misturem com operações financeiras no Ocidente ou com influências nos países em desenvolvimento, explica Chrystia Freeland no "The New York Times".

Em grande parte do mundo a desigualdade económica cresceu, principalmente entre a minoria mais rica e o resto da população. Nos Estados Unidos, 1% dos lares mais endinheirados ficou com mais de 80% do aumento total de rendimento havido no país de 1980 a 2005. Assim, a sua parte do rendimento nacional subiu de menos de 1% em 1974, para 6% em 2007, segundo os cálculos de Tyler Cowen, da George Mason University. Ou, como disse Robert Reich numa comparação expressiva, em 2005, Bill Gates e Warren Buffet tinham, os dois, quase tanto dinheiro (90.000 milhões de dólares) como 40% dos seus compatriotas com menos posses (95.000 milhões).

O crescimento da desigualdade observa-se também noutros países desenvolvidos, tanto nalguns mais parecidos com os Estados Unidos neste aspecto, como, por exemplo, o Canadá e a Grã-Bretanha, ou noutros tradicionalmente mais igualitários, entre eles a Alemanha e os nórdicos. O mesmo acontece em países que sempre conheceram forte desigualdade, como a África do Sul, o Brasil ou o México, e numa velocidade superior nalguns países emergentes como a China, a Rússia e - em menor grau - a Índia.

Jayant Sinha, do Instituto Tecnológico da Índia, estimou o número »»

Lugares cabem à Rússia (87) e à Índia (55). Ragharam Rajan, da Universidade de Chicago, cita esses cálculos para apoiar uma advertência. Não há reparos a colocar ao enriquecimento lícito, afirma; mas em países como esses, "demasiadas pessoas tornaram-se demasiado ricas graças à sua proximidade ao governo". Mais do que inovações técnicas, "as principais fontes da riqueza desses multimilionários são terras, recursos naturais e contratos ou concessões governamentais". E conclui: "Se a Rússia é uma oligarquia, como podemos ainda resistir a designar, assim, igualmente a Índia?".

Nos países ricos, o problema pode ser outro. Uma diferença entre os super-ricos de hoje e os de antigamente, é que os actuais vivem em maior grau do seu trabalho, diz Emmanuel Saez (Universidade da Califórnia, em Berkeley). Segundo os seus estudos, em 1916, o 1% mais rico dos norte-americanos obtinha por remuneração 20% do seu rendimento; em 2004, a proporção era o triplo.

Ora, nem sempre a remuneração dos ricos é um prémio ao trabalho esforçado e ao talento; grande parte tem origem na Bolsa.

"E, sem dúvida", avisa Cowen, "os elevados ganhos em finanças deveriam dar-nos que pensar".

(*in* "The New York Times")

Partilhe com a AESE as suas questões, Notícias e Passaporte (elianalucas@aese.pt)

www.aese.pt

AESE Lisboa

Júlia Côrte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

Formulário de cancelamento: www.aese.com.pt/cancelamento

Formulário de novas adesões: www.aese.com.pt/adesao

Esta comunicação é de natureza geral e meramente informativa, não se destinando a qualquer entidade ou situação particular.
© 2011 AESE - Escola de Direcção e Negócios. Todos os direitos reservados.